

TURISMO: NÃO PODE HAVER FÉRIAS PARA AS LEIS

Garçom é morto por jovens de Brasília. Essa notícia foi veiculada pelos telejornais das redes Globo, Bandeirantes e Record, no dia 19 de outubro. Todos recordaram a morte do índio Galdino, morto por jovens da classe média brasileira. A rede Globo ofereceu um número maior de imagens, como por exemplo a fala de uma professora da Universidade de Brasília que mostrou-se surpresa pois os responsáveis pela morte do garçom são alunos não relacionados com qualquer tipo de comportamento violento. A mesma reação da professora tiveram os colegas dos estudantes assassinos.

Os telejornais integraram ao noticiário a reação de moradores de Porto Seguro que se manifestaram em frente à delegacia em que se encontram detidos os jovens brasileiros. Entre os cartazes havia alguns que pediam por justiça. Em outro cenário é identificada a mulher de Nelson Simões. Ela chora e se lamenta. Os jornais informam que o garçom deixa mulher e dois filhos.

Para Porto Seguro seguiram os familiares dos jovens com seus advogados. Estes últimos pretendem que os detidos sejam transferidos para Brasília, alegando motivos de segurança.

Talvez fosse conveniente, para além de recordar os casos nos quais os jovens de classe média de Brasília cometem crimes bárbaros, associar essa possibilidade à forma com que são vendidas as imagens das cidades turísticas, especialmente as litorâneas. A máxima que diz, no mundo dos negócios, que o freguês tem

sempre razão é aplicada para o caso do turismo, superando o campo estrito das relações comerciais. Assim, o turista tem sempre razão e é a razão do turista que conta.

Investido da condição de “dono” do lugar, é mesmo provável que esse supercidadão venha surpreender com a adoção de comportamentos que não lhes são habituais. Ele poderá encontrar tolerância envolvendo-se com as tramas do turismo sexual através da exploração de crianças. Estará livre para usar drogas sob o olhar desatento das autoridades, como bem coloca Eleonora Ramos em artigo publicado no jornal A Tarde de 20 de outubro: nos últimos anos a polícia militar tem sido orientada a não pressionar o turista, a “não criar caso”...

O turista, fazedor da lei, não tem aquele mandato como alguma coisa a ser, necessariamente, dignificada, pois se trata de um intervalo que tem tempo certo para acabar. A idéia de aproveitar ao máximo aquele tempo, associada à licença para quase tudo, permite gerar essa impressão de poder efêmero e sem barreiras. Como, em plena vigência do reinado, um garçom vem pedir que os jovens príncipes saiam de um dos postos de seu ilimitado território? Como se curvar a uma lógica banal nos restaurantes e bares brasileiros como a de sentar-se no mesmo bar em que se serve de comidas e bebidas?

É claro que as “licenças” nem sempre são interpretadas pelos turistas como extensivas ao direito de vida e de morte. Certamente a maior parte dos visitantes utilizam seu tempo de

“paraíso” para experimentarem rupturas não perniciosas, realizando suas aventuras dentro das possibilidades inscritas no mundo civilizado. Entretanto, sinais como a exploração sexual de crianças e adolescentes ou a morte de um garçom na paradisíaca Porto Seguro são elementos que devem levar a uma revisão das imagens-convites da Bahia que têm circulado pelo País e pelo mundo.

Também é claro que o assassinato em Porto Seguro não pode ser atribuído

exclusivamente ao convite à alegria e à liberdade que a indústria do turismo, juntamente com organismos oficiais, costumam fazer. Apesar disso, vale recordar que, para além de pedir ao habitante local que trate bem do turista é também adequado exigir que o turista se submeta às regras válidas para os cidadãos que residem nos locais turísticos. As pessoas que trabalham na indústria do turismo não podem ser reféns do desejo de poder dos clientes.

Ultrapassando o plano do atendimento privado na área do turismo, seria importante que a esfera pública adotasse uma postura que não confundisse a vontade de acolher bem com uma atuação subserviente em relação aos visitantes. Cabe aí a observância de regras universais capazes de expressar a equivalência dos direitos e deveres entre residentes e turistas. Talvez valesse a pena que os setores públicos usassem a criatividade para incentivar a prática de relações cordiais no ramo do turismo e, sobretudo, incrementar na Bahia a imagem de que fazer turismo tem que ser uma coisa **legal**.